



*incerteza, bem como reforçar a confiança dos investidores em relação ao país-Moçambique*<sup>4</sup> é justificada pelo Governo num contexto em que tem estado a faltar um pouco de tudo no sector de saúde, especificamente nas unidades sanitárias, e noutros sectores sociais.

Clama-se por apoios por parte da comunidade internacional mas os indicadores qualitativos mostram que, mesmo nos anos de pico de fluxos de capitais estrangeiros para apoio ao orçamento, não houve melhorias no bem-estar da população.

É nestes termos que a reestruturação da dívida da EMATUM tem grande probabilidade de só beneficiar as elites, em contínuo prejuízo dos sectores sociais.

Agora que acabam de ser revelados dados consistentes segundo os quais as dívidas ocultas serviram para financiar ilegalmente o partido do Governo, a Frelimo, e pagar subornos a outros funcionários sêniores do Governo, o CIP entende que o esforço do Governo em querer reestruturar as dívidas visa transferir o custo de uma dívida ilegal ao Estado, uma vez que, se o Estado não pagar, os beneficiários terão de pagar por si o dinheiro que receberam.

Com as revelações saídas do julgamento em curso de Jean Boustani da Privinvest, nos Estados Unidos da América, está cada vez mais claro quem se beneficiou das dívidas ocultas e pretende transferir o fardo para os moçambicanos.

O CIP quer recordar aos membros deste Governo que insistem em usar o erário público para pagar as dívidas ocultas e ilegais, que beneficiaram corruptos, que:

- O simples facto desta reestruturação não tornar a dívida oculta em dívida legal implica que **não deve ser paga com fundos públicos!**
- Se a reestruturação é condição *sine qua non* para Moçambique aceder a mercados financeiros internacionais e a créditos concessionais e não consignados, a **prioridade deve ser aprovar a lei de recuperação de activos;**
- Por fim, é **importante que, daqui em diante, os mecanismos de fiscalização da execução de fundos públicos, incluindo donativos e créditos canalizados ao país, sejam reforçados.** Isto começa com um exercício de transparência por parte do Governo e dos doadores, criando plataformas abertas de monitoria dos fluxos de financiamento externo e das acções que têm sido desenvolvidas no país.
- Agora, mais do que nunca, é hora dos moçambicanos se juntarem para dizer **‘Não Pago Dívidas Ocultas’.**

03 de Novembro de 2019

---

<sup>4</sup> idem



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschield

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391

Email: [cipmoz@gmail.com](mailto:cipmoz@gmail.com)  [@CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique)  [@CIPMoz](https://twitter.com/CIPMoz)  [+258 84 389 0584](tel:+258843890584)

[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique